



SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

SUMÁRIO

1. Objeto da contratação	2
2. Forma de contratação	7
3. Requisitos do fornecedor	10
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação	14
5. Modelo de gestão	15
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto	16
7. Obrigações da Contratada	16
8. Regime de execução	17
9. Condições de recebimento do objeto	18
10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual.....	18
11. Previsão de adoção de Instrumento de Medição de Resultado – IMR	19
12. Forma de pagamento.....	19
13. Condições de reajuste	19
14. Garantia contratual.....	19
15. Plano de contratações.....	19
16. Responsável pela elaboração do TR	19
ANEXO I	21
1. Especificações técnicas do objeto.....	21
2. Critérios e práticas de sustentabilidade.....	35
ANEXO II.....	36
1. Valor estimado da contratação.....	36





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

TERMO DE REFERÊNCIA 04/2025 – SEMEDE/COASAS/SEGP – versão 3

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

1.1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a aquisição de produtos para saúde para o Senado Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

1.2.1.1. De acordo com o Anexo VI do Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2022, o Plano do Sistema Integrado de Saúde (SIS) consiste de serviços próprios prestados pela área de atenção à saúde do servidor do Senado Federal, sem ônus para o servidor, nos termos do próprio Regulamento (art. 2º, I).

1.2.1.2. De acordo com o artigo 21 do Anexo do Regulamento Orgânico-Administrativo do Senado Federal, à Secretaria de Gestão de Pessoas compete prever, coordenar, controlar e dirigir os serviços relativos à prestação de assistência médica de urgência e emergência, nas dependências do Senado Federal; sendo o Serviço Médico de Emergência (SEMEDE) seu órgão subordinado responsável por tais atividades.

1.2.1.3. A aquisição do objeto justifica-se pela necessidade de suprir o SEMEDE de produtos para saúde, visto que esses constituem ferramentas básicas para a prestação de assistência médica de urgência e emergência a parlamentares, servidores, demais colaboradores e transeuntes nas dependências do Senado Federal – Documento de Formalização de Demanda n.º 370/2024.

1.2.1.4. A aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) para a Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIDOC) se encontra justificada no Documento de Formalização de Demanda nº 159/2024. A aquisição do objeto justifica-se pela necessidade de fornecer ao Serviço Médico de Emergência - SEMEDE produtos essenciais para a saúde, uma vez que estes são fundamentais para a realização de atendimentos médicos de urgência e emergência a parlamentares, servidores, colaboradores e visitantes nas dependências do Senado. A aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI visa assegurar a manutenção, o acondicionamento, a conservação e a restauração dos bens que integram os acervos das coordenações de arquivo, museu e biblioteca da Secretaria de Gestão da Informação e Documentação – SGIDOC, bem como para utilização pelo Serviço Médico de Emergência - SEMEDE.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

1.2.1.5. Destaca-se que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a presente contratação foi dispensado pelo Comitê de Contratações, conforme hipótese prevista no § 2º, art. 3º, Anexo II, do ADG nº 14/2022, em razão de padronização de objeto, de acordo com a Ata da 1ª Reunião de 2023, publicada no Boletim Administrativo do Senado Federal (BASF) nº 8726, Seção 1, de 16/03/2023 (NUP 00100.047422/2023-15). O Serviço Médico de Emergência (SEMEDE), realiza, regularmente, a aquisição de bens de consumo não-duráveis, com padronização e histórico de consumo consolidados no decorrer dos últimos anos, por meio da realização de pregões eletrônicos, cujo critério de adjudicação é o de menor preço. Até o presente momento, observa-se que essa foi a solução mais adequada para os processos de aquisição desse tipo de objeto. Além disso, a cada ciclo de contratação, os materiais de consumo, sejam medicamentos ou outros produtos para saúde, são avaliados pela equipe técnica do SEMEDE, sendo realizados apenas ajustes pontuais quanto à sua especificação, uma vez que se trata de itens comuns de mercado, não sofrendo variações significativas quanto às suas características.

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

1.2.2.1. O quantitativo previsto no Termo de Referência para a aquisição do objeto em tela é aquele que, a partir de análise empreendida por este órgão técnico, reflete a necessidade da administração, considerando os dados históricos de consumo obtidos por meio de planilhas da Farmácia do SEMEDE e do Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoxarifado (SPALM) do Almoxarifado Médico Hospitalar, além do DFD elaborado pela outra unidade demandante:

Item	Especificação	Unidade de Fornecimento	Consumo 2024 – Planilhas da Farmácia	Consumo 07/02/2024 – 07/02/2025 SPALM	Observação	Estoque – SPALM 02/2025
01	Agulha hipodérmica 13 x 0,45	Caixa	3	3	-	0
02	Agulha hipodérmica 30 x 0,7	Caixa	7	4	-	5
03	Agulha hipodérmica 30 x 0,8	Caixa	16	13	-	3





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

Item	Especificação	Unidade de Fornecimento	Consumo 2024 – Planilhas da Farmácia	Consumo 07/02/2024 – 07/02/2025 SPALM	Observação	Estoque – SPALM 02/2025
04	Agulha hipodérmica 40 x 1,2	Caixa	23	32	-	0
05	Algodão	Pacote	130	130		170
06	Bolsa coletora	Unidade	130	0*	-	0
07	Cateter intravenoso 24 G	Unidade	775	800	-	200
08	Clorexidina	Frasco	8*	0*	-	0
09	Conjunto traq. 7,5	Unidade	0*	0*	Cautela	0
10	Conjunto traq. 8,0	Unidade	0*	0*	Cautela	0
11	Dispositivo 25 G	Unidade	284	400	-	0
12	Eletrodo desc.	Unidade	2060'	720	-	1.680
13	Equipo para bomba	Unidade	0*	0*	Cautela	0
14	Equipo soro	Unidade	1200	750	-	574
15	Esparadrapo	Rolo	17	14	-	6
16	Fita crepe	Rolo	34	26	-	25
17	Luva cirúrgica 7,0	Par	50	70	-	0





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

Item	Especificação	Unidade de Fornecimento	Consumo 2024 – Planilhas da Farmácia	Consumo 07/02/2024 – 07/02/2025 SPALM	Observação	Estoque – SPALM 02/2025
18	Luva cirúrgica 8.0	Par	31	50	-	10
19	Máscara N95	Unidade	84	1009	-	109
20	Seringa 3 ml	Unidade	363	300	-	200
21	Seringa 5 ml	Unidade	913	839	-	1161
22	Seringa 10 ml	Unidade	976	850	-	800
23	Seringa 20 ml	Unidade	1178	1152	-	1748
24	Luva nitrílica GG (20)	Caixa	-	-	DFD	0
25	Luva nitrílica G (30)	Caixa	-	-	DFD	0
26	Luva nitrílica M (30)	Caixa	-	-	DFD	0
27	Luva nitrílica P (50)	Caixa	-	-	DFD	0
28	Luva vinil G (30)	Caixa	-	-	DFD	0
29	Luva vinil M (30)	Caixa	-	-	DFD	0
30	Luva vinil P (20)	Caixa	-	-	DFD	0
31	Agulha intraóssea	Unidade	0	0	RP	0
32	Fio poliglactina	Unidade	0	0	RP	0
33	Kit dreno de tórax	Unidade	0	0	RP	0

Alguns produtos para saúde almejados possuem prazos de validade mais longos, possibilitando a utilização de Atas de Registro de Preços para aquisição de estoques suficientes para mais de um ano. Além disso, há possibilidade de prorrogação das ARP que ainda possuam quantitativos remanescentes após um ano de celebração do ajuste. Assim, evita-se aumento de custos relativos a novos processos licitatórios e decorrentes da inflação.

*Item com demanda em elevação. Tem sido utilizado nos exames anuais da Polícia Legislativa do Senado Federal.

*Item não adquirido no período descrito ou que fracassou nos Pregões anteriores.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor Serviço Médico de Emergência

³ EPI: Equipamentos para proteção individual. São utilizados não somente pelo SEMEDE, mas por outros setores da Casa, como SEPREV/SPOL, SEARQP/SEGP, COARQ e COBIB. É importante manter esses produtos em ARP, considerando a recente pandemia da COVID-19.

DFD: Refere-se ao DFD 159/2024 – SESOQVT. Itens nunca adquiridos pelo SEMEDE. Trata-se de Equipamentos para proteção individual. Suas quantidades foram aumentadas devido à possibilidade de seu uso por outros setores da Casa, tais como: SEPREV/SPOL, SEARQP/SEGP e SEMEDE/SEGP.

RP: Itens recém-padronizados, de acordo com demanda apontada pela enfermagem.

Cautela: Indica que há estoque mínimo em carrinhos de emergência e ambulâncias a ser respeitado para que não haja comprometimento da assistência emergencial. Sua aquisição se deve à substituição de lotes que estão com prazo de validade próximo a expirar.

1.2.3. Resultados esperados com a contratação

1.2.3.1. A aquisição do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo abastecer o SEMEDE com os insumos necessários para a prestação de assistência médica de emergência nas dependências do Senado Federal. A Casa possui quadro especializado de servidores com formação na área de saúde para execução das atividades aqui englobadas desde que as ferramentas necessárias estejam à sua disposição.

1.2.3.2. O mesmo pode ser dito em relação a outra área demandante, que possui quadro de servidores/colaboradores que necessitam dos insumos para protegê-los durante a execução de suas tarefas.

1.2.3.3. Logo, entende-se que, considerando uma perspectiva de custo x benefício, a aquisição do objeto em tela é a que melhor atende à Administração, uma vez que serão adquiridos insumos previamente padronizados visando a garantir uma assistência segura e eficiente com a administração de medicamentos injetáveis, confecção de curativos, auxílio no diagnóstico e no suporte de vida avançado, bem como a proteção de todos os atores envolvidos nessas atividades.

1.2.3.4. As especificações exigidas neste Termo de Referência para o objeto da contratação são aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da Administração, sem comprometer de forma injustificada a competitividade do certame. Para a maioria dos produtos a descrição se deu de forma que quaisquer marcas que atendam às especificações possam ser aceitas

1.2.4. Número do contrato vigente ou vencido

1.2.4.1. Não há Contratos / Atas de Registro de Preço (ARP) que serão substituídos com a contratação.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

2. Forma de contratação

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação.

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. Será adotada a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2. As especificações técnicas dos itens que compõem o objeto correspondem ao mínimo exigido para que sejam realizadas as ações de assistência emergencial em saúde com eficácia e segurança, ou seja, que atendam da melhor forma ao interesse público.

2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

2.3.1. Será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

2.3.2. O consumo de produtos para saúde é aleatório, ou seja, imprevisível, podendo se elevar ou diminuir de forma brusca, não sendo possível prever com exatidão a sua demanda. Exemplo disso se deu com a pandemia de Covid-19, em que a demanda por equipamentos de proteção individual se elevou bruscamente. Além disso, esses insumos são perecíveis. Assim, o fornecimento do objeto a ser licitado se dará sempre de forma parcelada, à medida que houver necessidade.

2.3.3. O prazo de validade da(s) Ata(s) de Registro de Preços será de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado que o preço permanece vantajoso.

2.3.4. Os itens que compõem o objeto da licitação são padronizados no SEMEDE, sendo utilizados com frequência na realização da prestação de assistência emergencial em saúde. Logo, seus quantitativos serão renovados, caso haja a prorrogação do prazo de validade da(s) Ata(s) de Registro de Preços, evitando-se a sua inclusão em novos processos licitatórios, buscando-se uma maior eficiência na contratação.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

2.3.5. Cumpre informar que o Senado será o único contratante para esta licitação, devido à falta de estrutura do órgão para o gerenciamento das contratações de outras entidades que porventura aderissem a uma Intenção de Registro de Preços.

2.4. Critério de julgamento da contratação

2.4.1. Será adotado o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.4.2. O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

2.5. Critério de adjudicação da contratação

2.5.1. Será adotado o critério de adjudicação “por item”, visando à ampliação da competitividade no certame, uma vez que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.

2.5.1.1 Experiências anteriores com licitações de objetos semelhantes em que o critério de julgamento adotado foi o de menor preço por grupo apontam uma maior possibilidade de obtenção de licitações menos eficazes.

2.5.1.2 Um dos motivos para o fracasso de uma licitação com lotes pode ser o fato de as empresas fornecedoras deixarem de cotar um item por não disponibilizarem outro que se encontra no mesmo grupo, por exemplo. Já foi observado que o fato de um item apresentar similaridade técnica com outro não é suficiente para que os dois sejam cotados por uma mesma empresa. Além disso, optando-se pelo loteamento de itens, há de se demonstrar os motivos pelos quais determinados produtos estarão alocados em um grupo, enquanto outros estarão presentes em outro lote, situação não vislumbrada por essa área técnica. E ainda, o Tribunal de Contas da União enfatiza que o simples fato de alguns itens apresentarem similaridade técnica não é justificativa para o seu loteamento.

2.5.1.3 Outro motivo para o fracasso numa licitação cujo critério de julgamento é o de menor preço por grupo pode ocorrer no momento da análise de amostras, etapa prevista nesta contratação. Se um





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

item do grupo deixa de atender as especificações do Termo de Referência, ocorre a desclassificação da empresa e, consequentemente deixa-se de adquirir o grupo inteiro.

2.5.1.4 O mercado farmacêutico apresenta uma característica peculiar que é o fato de algum produto se encontrar indisponível em determinado momento, seja por escassez de matéria-prima para sua fabricação ou por qualquer outra causa. Isso ocorre de forma imprevisível. Logo, o agrupamento de um item nessas condições poderia inviabilizar a cotação de todo o seu lote e, consequentemente, haveria maior insucesso no processo licitatório.

2.5.1.5 Muitos produtos para saúde apresentam a característica de possuírem um consumo irregular, não se podendo prever com certeza a sua demanda para requisição, aliado ao fato de serem perecíveis. Logo, é muito provável que, mesmo existindo grupos adjudicados, haverá a aquisição de itens em separado, ou seja, sem que se adquira todo o seu grupo. Essa situação é possível, conforme já afirmou o Tribunal de Contas da União (TCU), porém, o mesmo Tribunal a considera, do ponto de vista econômico, desvantajosa para a Administração, conforme Acórdão n.º 5134/2014.

2.6 Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1 A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de não será permitida, em razão de a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.7 Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1 Não será permitida a subcontratação parcial do objeto em razão de se tratar de aquisição de bens de consumo comuns, ou seja, a complexidade e o vulto do objeto não limitam a participação de fornecedores aptos a executar o objeto de forma integral.

2.8 Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.8.1 Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

2.8.2 A não aplicação do tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 objetiva a ampliação da competitividade do certame. Tal medida tem sido adotada nos últimos Pregões de produtos para saúde e de medicamentos desta Casa levando à sua maior eficácia. A aquisição de medicamentos e produtos para saúde para o Senado Federal, devido ao porte do SEMEDE, não é atrativa, quando comparada com aquelas que são realizadas por vários órgãos que compõem o Sistema Único de Saúde. Os quantitativos aqui adquiridos são muito baixos. Qualquer medida que restrinja a competitividade, como o impedimento de participação de empresas que não são abrangidas pelo art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, pode acarretar um certame menos eficaz. Portanto, o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte tende a não ser vantajoso ou pode representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

3 Requisitos do fornecedor

3.1 Necessidade de vistoria

3.1.1 Uma vez que se trata de aquisição de bens de consumo, não há necessidade de as licitantes terem acesso às instalações ou equipamentos do Senado Federal para melhor formularem suas propostas. Não haverá instalação de quaisquer equipamentos pelos fornecedores beneficiários.

3.2 Capacidade Técnica

3.2.1 Será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência contempla a execução das atividades de armazenamento e distribuição de produtos para saúde, cujo exercício requer a responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado junto ao respectivo conselho de classe, por força do artigo 53 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e do artigo 28 da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 16, de 1º de abril de 2014.

3.2.1.1 A responsabilidade técnica de empresas que realizam o armazenamento e distribuição desse tipo de produto não é privativa de profissional específico, podendo ser exercida por farmacêuticos, enfermeiros e outros legalmente habilitados junto aos seus respectivos conselhos de classe.

3.2.1.2 Logo, deve a Licitante apresentar o Certificado de Regularidade Técnica/Certidão de Regularidade vigente emitido pelo Conselho de Classe da circunscrição do profissional habilitado



**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

(artigo 53 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e do artigo 28 da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 16, de 1º de abril de 2014).

3.2.1.3 Será dispensável a apresentação do Certificado de Regularidade Técnica/Certidão de Regularidade caso o documento solicitado no item 3.2.3.1 (Alvará Sanitário) aponte o responsável técnico descrito no item 3.2.1.

3.2.2 Não será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, porquanto o objeto da presente contratação não apresenta complexidade nem graus mais elevados de aperfeiçoamento que requeiram a comprovação de qualificação técnica pela licitante.

3.2.3 Será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial.

3.2.3.1 Nos termos do artigo 2º da Lei nº 6360, de 23 de setembro de 1976, deve a licitante apresentar **Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento)** vigente expedido pela vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.

3.2.3.2 Nos termos do artigo 12 da Lei nº 6360, de 23 de setembro de 1976, deve a licitante apresentar **Certificado de Registro de cada um dos produtos ofertados, regularmente emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).**

a). Considerar-se-á atendida a exigência constante no subitem 3.2.3.2 caso seja fornecido apenas o número do respectivo registro do produto na ANVISA, desde que a informação seja suficiente para permitir ao Pregoeiro a consulta junto ao sítio eletrônico da ANVISA, da pertinência e vigência do registro;

b). Caso a validade do registro do produto na ANVISA esteja expirada, será aceito protocolo de revalidação;

c). Em se tratando de produto com dispensa de registro pela ANVISA, a licitante deverá apresentar informação e/ou documento que comprove a isenção do registro.

3.2.3.3 Havendo legislação da ANVISA ou de autoridade sanitária local vigente que dispense as empresas que comercializam o objeto dessa licitação da apresentação dos documentos elencados nos itens 3.2.1 e 3.2.3, esses serão dispensados; porém os requisitos sanitários mínimos previstos nessa mesma legislação para o objeto serão exigidos como critérios para sua aceitabilidade. Caberá à empresa licitante a apresentação da informação e/ou documento que comprove a dispensa.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

3.2.4 Qualificação econômico-financeira

3.2.4.1 Será exigida Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, uma vez que visa demonstrar a aptidão da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro ajuste, atende o disposto nos artigos 69 e 70, III, da Lei 14.133/2021, e, ainda, está em conformidade com a minuta-padrão de edital para contratações com entrega imediata;

3.2.4.2 Não será exigida comprovação de balanço patrimonial líquido, conforme art. 70, III da Lei 14.133/2021, tendo em vista o prazo de entrega do objeto.

3.3 Necessidade de apresentação de amostras

3.3.1 Poderá ser exigida apresentação de amostra por parte da licitante vencedora, conforme art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

3.3.2 A necessidade de sua exigência se deve à avaliação técnica de compatibilidade e adequação do produto ofertado às especificações do objeto licitado, dada a sua complexidade, e desde que a marca do material já não tenha sido utilizada anteriormente no Serviço Médico de Emergência.

3.3.3 Constituem critérios objetivos de avaliação na análise das amostras em relação às especificações do edital:

- a) Observação quanto às medidas ou concentração dos produtos apresentados, conforme o caso;
- b) Observação quanto à apresentação dos produtos, no sentido de contemplarem todas as especificações e composição material, incluindo acessórios exigidos, conforme o caso;
- c) Observação quanto ao cumprimento da função a que esses produtos se destinam na realização de testes simulando a sua utilização, conforme o caso;





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

- d) Observação quanto à resistência dos produtos no emprego das suas funções, conforme o caso.

3.3.4 O julgamento técnico das amostras se restringe ao seu atendimento às especificações descritas no edital, sendo motivada a sua rejeição apenas quando houver incompatibilidade entre a amostra ofertada e a especificação do item a que se refere.

3.3.5 A exigência de amostras se dará nos termos abaixo:

3.3.5.1 O Pregoeiro poderá solicitar à primeira classificada, sob pena de desclassificação, amostra correspondente a 1 unidade (considerando a unidade de medida apontada nas especificações do objeto – unidade, caixa, etc.) dos produtos ofertados, a ser entregue no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

contar da convocação, para avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto licitado, que será realizada em sessão pública previamente designada.

3.3.5.2 O prazo de entrega da amostra previsto acima poderá ser excepcionalmente dilatado por decisão fundamentada do Pregoeiro desde que haja solicitação formal da licitante convocada através do e-mail licita@senado.leg.br em razão de fato relevante e superveniente devidamente comprovado.

3.3.5.3 A análise das amostras será realizada pela equipe técnica do Serviço Médico de Emergência, que verificará se os produtos ofertados atendem às especificações mínimas e o padrão de qualidade definidos neste Termo de Referência.

3.3.5.4 As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas, em quantidade suficiente para os testes de qualidade, no Serviço Médico de Emergência do Senado Federal, situado na Via N2, Bloco 17, sala 17 (Farmácia), Brasília-DF, CEP 70.165-900.

3.3.5.5 Caso as amostras da melhor proposta sejam reprovadas, será convocada para apresentação de amostras a autora da segunda melhor proposta e assim sucessivamente.

3.3.5.6 As amostras aprovadas permanecerão em poder do SENADO até a entrega definitiva do objeto licitado, com vistas à avaliação da conformidade entre a amostra aprovada e o material efetivamente entregue.

3.3.5.7 As amostras fornecidas serão passíveis de destruição parcial ou total e não serão devolvidas, tampouco subtraídas do quantitativo total do objeto quando da entrega.

4 Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação

4.1 Formalização do ajuste

4.1.1 A avença será formalizada na forma de Ata de Registro de Preços, tendo em vista que o consumo de produtos para saúde é aleatório, ou seja, imprevisível, podendo se elevar ou diminuir de forma brusca, não sendo possível prever com exatidão a sua demanda. Exemplo disso se deu com a pandemia de Covid-19, em que a demanda por equipamentos de proteção individual se elevou bruscamente. Além disso, esses insumos são perecíveis. Assim, o fornecimento do objeto a ser licitado se dará sempre de forma parcelada, à medida que houver necessidade.

4.1.2 A formalização do ajuste será feita por meio de nota de empenho, tendo em vista que a contratação será para compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, sem quaisquer





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, na forma do art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021.

4.2 Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

4.2.1 A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste TR será de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso; ou até o término das quantidades registradas.

4.2.2 Os itens que compõem o objeto da licitação são padronizados no SEMEDE, sendo utilizados com frequência na realização da prestação de assistência emergencial em saúde. Logo, seus quantitativos serão renovados, caso haja a prorrogação do prazo de validade da(s) Ata(s) de Registro de Preços, evitando-se a sua inclusão em novos processos licitatórios, buscando-se uma maior eficiência na contratação.

4.2.3 Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.

5 Modelo de gestão

5.1 Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

5.1.1 De acordo com Ato da Comissão Diretora nº 2 de 2008, em momento oportuno, deverão ser indicados os seguintes servidores como gestores do ajuste que se originar deste Termo de Referência:

Gestor (a)	Matrícula	Servidor	Ramal
Titular	257038	Leandro Ribeiro Simões	5058
Substituta	414831	Clarice Maciel Lucio	5153

5.2 Forma de comunicação entre as partes

5.2.1 A comunicação entre o SENADO e o fornecedor beneficiário se dará pelos e-mails lrsimoes@senado.leg.br ou jalisson@senado.leg.br.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

6 Prazo para início da execução ou entrega do objeto

6.1 O prazo de entrega dos materiais solicitados pelo Senado ao fornecedor beneficiário é de no máximo de 28 dias corridos, contados da data do recebimento da nota de empenho que deverá estar acompanhada da ordem de fornecimento.

7 Obrigações do Fornecedor Beneficiário

7.1 São obrigações do Fornecedor Beneficiário, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

7.1.1 manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

7.1.2 apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

7.1.3 efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste;

7.1.4 manter preposto para este ajuste que irá representá-la, sempre que for necessário.

7.1.5 responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste decorrente deste Termo de Referência;

7.1.6 não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;

7.1.7 não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços a terceiros.

7.2 Aplicam-se ao ajuste decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

8 Regime de execução

8.1 A ordem de fornecimento deverá ser recebida pelo Fornecedor Beneficiário diretamente do gestor da avença, a qual indicará detalhadamente o quantitativo e o tipo de produto, o local, a data e o horário em que deverá ser realizada a entrega do produto solicitado.

8.2 O(s) produto(s) objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues no Almoxarifado de Material Médico-Hospitalar da Coordenação de Administração e Suprimento de Almoxarifado, situado à Via N2, Bloco 14, CEP 70.165-900, em dias úteis, no horário de 8 às 17 h.

8.3 O fornecedor beneficiário entregará o(s) produto(s) conforme a(s) marca(s) e especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta, acompanhados de nota fiscal contendo os nomes, as marcas, os lotes de fabricação e seus respectivos quantitativos.

8.4 O(s) produto(s) será(ão) fornecido(s) em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, número do lote, prazo de validade, nome do fabricante, endereço e registro no órgão competente.

8.5 O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios sanitários e de segurança de modo a não afetar a sua identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, a sua esterilidade. Sendo produtos termolábeis e/ou fotossensíveis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para impedir a sua exposição a temperaturas e/ou iluminação incompatíveis e garantir a integridade do produto.

8.6 O prazo de validade mínimo de cada produto, a contar do recebimento definitivo do objeto, deverá ser aquele apontado para cada item descrito no Anexo 1 deste TR.

8.6.1 Desde que seja de interesse do contratante, poderá ser aceita a entrega de itens com prazo de validade, na data de entrega, inferior ao citado no Anexo 1 deste TR. É imprescindível que esses produtos sejam acompanhados de carta de segurança (carta-garantia), na qual o fornecedor se compromete a substituir a quantidade do item que não for consumida até a data de sua expiração pela mesma quantidade de um novo lote.

8.7 Constatadas irregularidades no material entregue, o Senado poderá:

8.7.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao Fornecedor Beneficiário providenciar a substituição em conformidade com a





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito;

8.7.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo o Fornecedor Beneficiário fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.8 Ao Senado não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

8.9 Caberá ao Fornecedor Beneficiário o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

8.10 Independentemente da aceitação, o Fornecedor Beneficiário garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação do gestor.

9 Condições de recebimento do objeto

9.1.1 Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

9.1.1.1 provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais; e

9.1.1.2 definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

10 Previsão de penalidade por descumprimento contratual

10.1 O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

10.1.1 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

10.1.2 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

10.1.3 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

10.2 As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de edital.

11 Previsão de adoção de Instrumento de Medição de Resultado – IMR

11.1 Não será adotado o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) em razão de se tratar de aquisição de bens de consumo, ou seja, não haverá quaisquer prestações de serviços por parte do fornecedor beneficiário.

12 Forma de pagamento

12.1 O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, acompanhada da nota de empenho, condicionado ao termo detalhado de recebimento definitivo do objeto.

13 Condições de reajuste

13.1 Os preços das contratações decorrentes da(s) Ata(s) de Registro de Preços poderão ser reajustados no prazo de 12 meses a partir da data de celebração do ajuste.

13.2 O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

14 Garantia contratual

14.1 Não será exigida a garantia contratual para a presente contratação, devido à adoção do Sistema de Registro de Preços, bem como em razão de o prazo do fornecimento/prestação ser inferior a 30 (trinta) dias corridos ou não haver previsão de obrigações futuras a serem adimplidas, dispensando-se a elaboração de minuta contratual, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

15 Plano de contratações

15.1 A aquisição do referido objeto consta do Plano de Contratações para o ano de 2025 do Senado Federal, sendo seu número sequencial igual a 20250205.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Serviço Médico de Emergência

16 Responsável pela elaboração do TR

(Assinado eletronicamente)

LEANDRO RIBEIRO SIMÕES

Analista Legislativo / Farmácia - Gestor da contratação

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

CLARICE MACIEL LUCIO

Analista Legislativo / Enfermagem
Gestora substituta da contratação

(Assinado eletronicamente)

SILVIO BRAZ DA PAIXÃO

Chefe do Serviço Médico de Emergência

(Assinado eletronicamente)

NATÁLIA DE MELO MANZI

Coordenadora da Coordenação de
Atenção à Saúde do Servidor

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

BEATRIZ BALESTRO IZZO

Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas

